

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento "Novo Mercado" da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código "SHOW3", que, em conjunto com suas controladas ("Grupo"), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra casas de espetáculos na América do Sul, incluindo a promoção de eventos e venda de ingressos. A sua atuação verticalizada inclui desde a operação de casas de espetáculos e de bilheterias à merchandising e negociação de patrocínios.

Em agosto de 2020, a Companhia adquiriu o controle da IT.ART Tecnologia Ltda. (INTI) empresa que surgiu como uma plataforma de venda de ingressos diferenciada no mercado, pois além da venda de ingressos, possui módulos de programa de associados e cadeia cativa para que o cliente possa garantir sempre o mesmo lugar em temporadas de shows e espetáculos. A INTI tem um portfólio de clientes diversificado, com foco especial no segmento de cultura, feiras e casas de espetáculos.

Em setembro de 2020 a Companhia anunciou ao mercado a alienação da sua participação na Vicar Promoções Desportivas S.A, empresa responsável pela promoção e organização das corridas automobilísticas. Esta transação está alinhada ao planejamento estratégico da Companhia de forma a intensificar esforços na promoção de grandes festivais e shows de música ao vivo, além de eventos de família e teatro. Os recursos oriundos da venda reforçaram a posição de caixa da T4F e serão empregados no processo de digitalização e consolidação do mercado.

#### COVID-19 "Coronavírus"

A pandemia do coronavírus continua assolando o mundo e, infelizmente o Brasil, novo epicentro de contaminação, é um dos países mais afetados pelo recrudescimento da pandemia. Diante deste cenário, mesmo com a disponibilização de vacinas, ainda em ritmo aquém do desejável, os protocolos de segurança estão sendo reforçados e novas restrições tiveram que ser implementadas, como o endurecimento das medidas de isolamento social. Além das milhares de vidas perdidas, o impacto sobre a atividade econômica foi brutal, e alguns segmentos não conseguiram retomar plenamente suas atividades, como é o caso do setor de entretenimento, impedido de funcionar em sua total capacidade desde março de 2020.

Diante deste cenário, a Companhia atuou diligente e tempestivamente com o intuito de implementar uma série de iniciativas de redução de gastos e preservação de caixa para tentar mitigar os efeitos da Covid-19 sobre suas operações. Dentre as principais iniciativas implementadas, citamos uma reestruturação significativa do nosso quadro de colaboradores, renegociação de escopo, valores e prazos de pagamento de fornecedores, alongamento do perfil de nossa dívida via reperfilamento de nossas debêntures, além da redução dos custos fixos com o encerramento do contrato de aluguel das casas de espetáculos.

Efetivamos uma reestruturação significativa na equipe, reduzindo o quadro de colaboradores no Brasil em 45% ainda no primeiro trimestre de 2020 e suspendendo ou reduzindo a jornada de outros 17%, usufruindo do pacote de medidas divulgado pelo Governo Federal.

A Companhia adotou o trabalho remoto (home-office) para todos os colaboradores administrativos e de vendas, cumprindo e colaborando com o regime de quarentena estipulado pelas autoridades. Nossas ferramentas de TI provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, nossos colaboradores mantiveram o nível de produtividade usual.

Suspendemos também as viagens a trabalho e despesas discricionárias, bem como reduzimos o número de integrantes do Conselho de Administração, com a renúncia de três conselheiros.

Já em 2021, com o recrudescimento da pandemia, promovemos uma redução adicional no quadro de colaboradores do Brasil em 23% e, ao mesmo tempo, executamos um plano de demissão voluntária na Argentina, que diminuiu o quadro em 25%. Com esta redução, passaremos a dedicar esforços à operação do teatro em Buenos Aires e na alavancagem de nossa ticketeira, líder de mercado na região, além de seguirmos operando na promoção de shows internacionais.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Ao mesmo tempo e, em conjunto com a reestruturação de equipe, renegociamos o escopo e/ou valores dos contratos de fornecedores estipulando novos prazos de pagamento, o que refletiu em uma redução de 58% do SG&A do quarto trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019.

A luz do planejamento estratégico da Companhia, ao longo de 2020 revisitamos o nosso modelo de negócios e portfólio de ativos, buscando explorar segmentos com alto potencial de crescimento e perfil mais recorrente de resultados, bem como avaliar a continuidade de operações com performance financeira aquém de nossas expectativas. A gravidade e extensão da pandemia acabou por acelerar esse movimento.

Nesse contexto, em adição ao desinvestimento na Vicar e do encerramento dos contratos de aluguel das casas de espetáculos do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, encerramos em março de 2021 o contrato de locação da casa de espetáculos de São Paulo e estamos em tratativas para rescisão do contrato de "naming rights" com a Unimed. O contrato de locação da casa representava nosso principal custo fixo e, tendo em vista o reajuste pela aplicação integral do IGPM do período no início deste ano, o valor atualizado de aluguel passou a pressionar ainda mais a rentabilidade desta linha de negócio. Entretanto, faz-se necessário enfatizar que manteremos operações em todas estas geografias, agora num modelo mais "asset light". Continuaremos a promover shows "indoor" com uma estrutura flexível, comprometidos em termos os melhores conteúdos, nas melhores localizações disponíveis, sem estarmos limitados às próprias casas.

Realizamos no final do ano de 2020 o reperfilamento das nossas debêntures, alongando o "duration" de nossa dívida. A primeira amortização da debênture, inicialmente prevista para 05 de novembro de 2020, foi postergada para 05 de maio de 2022, sendo a remuneração ajustada a partir de 5 de novembro de 2020 de uma sobretaxa de 1,88% para 3,36%.

Trabalhamos intensamente para garantir junto aos artistas, casas de espetáculos e demais parceiros envolvidos no processo, sempre que possível, o reagendamento dos nossos eventos. Entretanto, diante da piora no cenário da pandemia e da incerteza quanto a melhora nas condições sanitárias do país que influenciam diretamente a retomada de nossas operações, alguns shows internacionais foram cancelados. Neste contexto, a cantora Taylor Swift comunicou recentemente o cancelamento de seus dois shows no Brasil.

Recentemente, foi publicada a Medida Provisória nº 1.036/21, que alterou a redação de alguns dispositivos da Lei 14.046/20, criada para minimizar os impactos da pandemia COVID-19 sobre os setores de cultura e turismo. Pela nova redação trazida por esta MP, a Lei 14.046/20 dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura. Ainda, os efeitos da Lei passam a vigorar para os shows e eventos que forem adiados ou cancelados até dezembro de 2021, e os créditos concedidos aos consumidores poderão ser utilizados até 31 de dezembro de 2022.

A respeito dos ingressos vendidos para os eventos cancelados e/ou adiados, de acordo com a Lei 14.046/20, o prestador de serviços não será obrigado a reembolsar os consumidores desde que assegure:

1. A remarcação dos serviços, das reservas e dos eventos cancelados; ou
2. A disponibilização de crédito para uso ou abatimento na compra de outros serviços, reservas e eventos, disponíveis nas respectivas empresas.

O consumidor terá até 31 de dezembro de 2022 para utilização do crédito constante no item 2 acima.

Nesse sentido, gostaríamos de ressaltar os principais efeitos contábeis advindos desta situação, a saber:

- As receitas só estão sendo apropriadas ao resultado quando da realização da contrapartida associada ao evento. Na impossibilidade de realização desta, nenhuma receita está sendo apropriada ao resultado da Companhia;
- Os valores recebidos antecipadamente de nossos patrocinadores bem como a receita com a venda antecipada de ingressos para os eventos que promovemos estão contabilizados como adiantamento de clientes. Mesmo diante do cancelamento de alguns eventos, tais valores são mantidos na rubrica "adiantamento de clientes", uma vez que os mesmos são convertidos em créditos para utilização em eventos futuramente promovidos pela Companhia, conforme Lei 14.046 de 24 de agosto de 2020.
- Os gastos incorridos aos eventos futuros são classificados como custo antecipado;

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

- Reconhecimento no resultado de 2020 de custos antecipados relativos a eventos cancelados. Para os gastos com cachês (maior parte do número registrado nesta rubrica), não há impacto no resultado da Companhia pois os contratos preveem a devolução dos montantes antecipados em caso de não realização do evento. Analogamente, os impostos eventualmente recolhidos são passíveis de restituição;
- A Companhia também optou por uma postura mais conservadora no registro de ativo para imposto diferido, constituído em sua maioria sobre base de prejuízo fiscal. Além de não aumentá-la face os resultados registrados no exercício de 2020, optou-se por realizar uma redução do referido valor mantendo-se registrado apenas valores recuperáveis em até 10 anos, dado o cenário de incerteza quanto ao controle da pandemia no país e, consequentemente, a obtenção de autorização legal para voltarmos a operar. É importante lembrar que mesmo a parcela de crédito ora baixada não sofre prescrição.

Até a data de publicação destas Demonstrações Financeiras, não obtivemos a formalização de alguns distratos de shows cancelados, motivo pelo qual os valores de cachê e impostos associados permanecem figurando na rubrica de custos antecipados em nosso ativo. Tão logo obtenhamos tal formalização, promoveremos a reclassificação de tais valores no ativo sem afetar o resultado da Companhia.

O encerramento dos contratos de locação das casas de espetáculos produziu efeitos em nossas Demonstrações Financeiras de 2020 com a realização de impairment de parte do ágio pago na aquisição da subsidiária Metropolitan. Ainda no 1º Trimestre de 2021, teremos efeitos de baixas de ativo imobilizado pelos valores ainda não depreciados que estão associados a casa de espetáculos "Unimed Hall" em São Paulo, estimados em R\$ 700mil. Adicionalmente, teremos o registro dos efeitos da extinção do contrato de arrendamento e baixa de valores a ele relacionados. Por fim, faremos uma baixa de contas a receber e adiantamento de clientes em virtude do cancelamento de contratos relacionados a casa de espetáculos.

A despeito de todos os desafios e dificuldades enfrentadas, expandimos nosso negócio durante a pandemia via a aquisição da empresa IT Art (INTI), incorporando ao grupo uma plataforma de venda de tickets moderna e alinhada com as perspectivas de negócio da Companhia. Através desta aquisição, passamos a deter o domínio sobre o código-fonte da nossa ticketeira. Trata-se do primeiro passo para o desenvolvimento de uma plataforma de tecnologia do Grupo.

A Companhia acredita que o entretenimento é um importante serviço à sociedade. Assim, reconhece o dever e cuidado com seus clientes, colaboradores e parceiros e está trabalhando para ajudar a minimizar o impacto do COVID-19 com a adoção rigorosa de todas as medidas de prevenção. A manutenção da integridade e a saúde dos colaboradores da Companhia é a sua prioridade.

Por fim, a Administração avalia que apesar das grandes incertezas e reflexos causados pela pandemia, a Companhia possui condições de manter suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com os compromissos firmados.

### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras da Companhia compreendem:

a) As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

b) As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

c) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

#### a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

#### b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### c) Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

#### d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

#### e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

#### f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

### g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº14). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

### h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 28).

### i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

#### Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

### j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº14). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

### k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

### l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

### n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

### o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

### p) Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

### q) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinar o preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos ("naming rights") são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e "merchandising" são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

### r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

### s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

### t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica "Outros resultados abrangentes" e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica "Variação cambial na conversão de operações no exterior".

iv) Contabilidade em economia hiperinflacionária

Os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado das empresas que operam em economias altamente inflacionárias, de acordo com o CPC 42/IAS 29, devem ser corrigidos pela variação do poder de compras de acordo com o índice geral de preços de cada país.

Como consequência do exposto acima, a Companhia avaliou os impactos contábeis de economia altamente inflacionária para as suas subsidiárias na Argentina nessas demonstrações contábeis consolidadas e individuais aplicando as regras da IAS 29 da seguinte forma:

- os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido das subsidiárias na Argentina atualizados por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 seriam reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 seriam reportados na demonstração de resultados em uma conta específica para ajuste de hiperinflação, no resultado financeiro. Conforme parágrafo 3 da IAS 29, não existe um índice geral de preços definido, mas permite que seja executado o julgamento quando a atualização das demonstrações contábeis se torna necessária;

- a demonstração de resultado seria ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda;

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

### Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

### Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem.

### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda ("Non Deliverable Forward - NDF"), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras (nota explicativa nº 29.3.b).

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

### Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) A Companhia aprovou um plano de ações restritas para executivos selecionados, cuja despesa é registrada da data da outorga até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário, o qual corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pela média do volume e provisão dos encargos sociais sobre esse valor.

x) Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo na rubrica "Bens de direito de uso" e no passivo na rubrica "Passivos de arrendamento" a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possua valor imaterial ou que tenha como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transação; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, no qual resulta em uma redução no início do exercício, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

### y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Em maio de 2020, o IASB aprovou uma emenda na norma IFRS 16, a qual concede benefícios no resultado, durante o período impactado pela pandemia da Covid-19 para arrendamentos, com isso não tratando como uma modificação de contrato. Em 07 de julho de 2020, a CVM publicou a Deliberação nº 859/2020 que aprova a revisão do CPC 06 (R2)/IFRS 16.

A Companhia não optou pelo expediente prático e irá reconhecer no resultado os efeitos prospectivos.

## 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das políticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotaram as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

### b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

### c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração e ativos com vida útil indefinida

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração e ativos com vida útil indefinida, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3 (I.)). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

### d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

### e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

## 5. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2020	2019		2020	2019
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.(b)	-	85,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Ticket Co. SpA	100,00	100,00			
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
PLF Eventos S.A.(a)	60,00	60,00			
IT.ART Tecnologia Ltda.(c)	60,00	-			

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

- (a) Em 04 de fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 60% de controle da PLF Eventos S.A.  
 (b) Em 02 de setembro de 2020, a Companhia alienou sua participação na Vicar Promoções Desportivas S.A.  
 (c) Em 14 de maio de 2020, a Companhia adquiriu 60% de controle da IT.ART Tecnologia Ltda. (INTI).

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos e a receita líquida das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	2020			2019		
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
<b>Controladas:</b>						
Time for Fun Mídia Ltda	174	2.053	30	588	1.811	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	3.096	30.060	379	18.692	35.074	4.388
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.256	210	-	16.707	2.314	597
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	82.267	17.239	5.248	71.450	18.497	15.281
T4F USA Inc.	4.349	1	-	3.311	1	-
Ticket Co. SpA	16.498	6.699	1.227	17.841	8.986	4.873
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	-	2.209	12.244	5.905	24.450
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	7.353	12.068	-	5.962	8.992	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	2	1.531	-	-	950	11.315
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	6.952	13.952	4.662	9.671	14.657	25.693
PLF Eventos S.A.	1.074	830	576	4.344	2.490	7.744
IT.ART Tecnologia Ltda.	6.811	3.170	1.418	-	-	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são "holdings" cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

• PLF Eventos S.A. - tem por objeto a produção e promoção de espetáculos musicais, entre shows e festivais de música, a comercialização de ingressos; o comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, e comércio de mercadorias diretamente relacionadas a indústria do entretenimento, dentre brindes e materiais promocionais em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios.

• IT.Art Tecnologia S.A ("INTI") - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.

### 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos (c)	2.443	12.919	4.627	18.457
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	92.689	125.000	115.355	160.646
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	41.018	487	42.207	8.982
Operação compromissada - DI (b)	991	-	3.176	230
Time deposit (e)	36.549	16.334	36.549	16.334
Total	173.690	154.740	201.914	204.649

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Créditos Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 95% a 105,5% da variação do CDI (100% em 31 de dezembro de 2019), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

e) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 3% ao ano sem prejuízo de resgate.

### 7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes faturados (i)	12.169	15.717	23.836	24.306
Bilheteria (ii)	27	33.692	3.033	36.643
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	13.774	17.706	15.122	24.050
Total das contas a receber	25.970	67.115	41.991	84.999
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(705)	(582)	(7.609)	(8.090)
Total	25.265	66.533	34.382	76.909
Circulante	4.888	-	10.768	-
Não Circulante	20.377	-	23.614	-

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e "naming rights".

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e "naming rights".

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
A vencer:	25.265	64.633	26.694	70.952
Vencidas:				
Até 30 dias	-	1.300	4.680	4.910
De 31 a 60 dias	-	587	1.541	972
De 61 a 90 dias	-	13	1.467	75
De 91 a 180 dias	-	15	24	49
Há mais de 180 dias	705	567	7.585	8.041
Total das contas a receber	25.970	67.115	41.991	84.999

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	582	8.090
(+) Adições	275	511
(-) Reversões e baixas	(152)	(992)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	705	7.609

## 8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
IRPJ/CSLL - antecipações	-	2.094	57	2.297
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.873	5.150	10.849	8.053
Programa de Integração Social - PIS	625	116	699	186
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.800	519	3.131	835
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	4.853	4.175
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	310	185
Impostos federais a recuperar	5.251	2.477	5.619	3.497
Total	16.549	10.356	25.518	19.228

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

## 9. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.426	1.885	4.698	5.535
Outros	2	764	74	1.064
Total	1.428	2.649	4.772	6.599

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 10. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Eventos, shows e espetáculos contratados	51.765	44.049	52.795	45.943
Outros	1.159	1.721	1.677	2.243
Total	52.924	45.770	54.472	48.186
Circulante	-	34.198	-	36.614
Não Circulante (i)	52.924	11.572	54.472	11.572

(i) Refere-se a pagamento contratuais antecipados para eventos a serem realizados a partir de 2022.

As parcelas para para os eventos, shows e espetáculos contratados serão apropriadas ao resultado, conforme realização dos eventos, aos quais estão impedidos de funcionar devido a paralisação imposta pelas Autoridades Públicas pela pandemia.

## 11. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2020	2019
Bilheteria a receber de terceiros (i)	419	3.609
Reembolso de Contingências (ii)	1.090	1.289
Outros (iii)	11.234	393
	12.743	5.291

(i) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(ii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 20) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

(iii) Refere-se substancialmente ao valor a receber da venda da Vicar, o qual será realizado em agosto de 2021.

## 12. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

## 12.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	2020			2019		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	-	33	-	30	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	6.952	-	374	6.213	-	799
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	24.465	-	(136)	18.541	-	(2.921)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	-	-	-	1.875	-	(209)
T4F Chile S.A. (ii)	-	32.909	(7.843)	-	25.066	(1.706)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (vi)	4.481	-	793	2.337	-	142
T4F Inversiones S.A. (vi)	-	1.283	68	-	-	-
T4F USA Inc. (iii)	-	4.237	(1.024)	-	3.213	(236)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	-	434	835	-	979
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	6.691	-	1.904	4.710	-	481
PLF Eventos S.A.	-	-	(192)	1.204	-	(410)
IT.ART Tecnologia Ltda.(c)	-	-	(128)	-	-	-
Total	42.589	38.462	(5.750)	35.745	28.279	(3.081)



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Consolidado:

	Categoria	2020		2019	
		Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	Acionista	7.469	374	6.584	799
ACT Peru S.A.C	Outras partes relacionadas	-	-	1.925	-
Total		7.469	374	8.509	799

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$ 5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a pagar do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$ 700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$ 6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$ 2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 e em abril de 2019 a Companhia assinou contrato no montante de US\$ 800 com taxa anual de atualização de LIBOR+3%. Em abril de 2019, após amortização, o valor do montante passou a ser de US\$ 1.210.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

(vi) Representa principalmente o valor a receber dos contratos assinados entre a Companhia e a controlada T4F Entretenimientos Argentina S.A. em setembro, outubro e novembro de 2018, no montante de US\$ 4.500 mil atualizado pela taxa LIBOR e por juros de 2,4% a.a. Em abril de 2019, após amortização, o valor do montante passou a ser de US\$ 1.123.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

## 12.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

<u>Controladora</u>	2020				2019			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	485	-	-	485	329	-	-	329
Conselho Fiscal	180	-	-	180	320	-	-	320
Diretores estatutários	4.147	280	562	4.989	4.621	1.347	826	6.794
Total	4.812	280	562	5.654	5.270	1.347	826	7.443

  

<u>Consolidado</u>	2020				2019			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	485	-	-	485	329	-	-	329
Conselho Fiscal	180	-	-	180	320	-	-	320
Diretores estatutários	4.784	280	562	5.626	4.936	1.347	826	7.109
Total	5.449	280	562	6.291	5.585	1.347	826	7.758

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

## a) Informações das controladas

## a.1) 31 de dezembro de 2020

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.879)	(656)	99,99	(656)	(1.879)	-
PLF Eventos S.A.	244	25	97,65	(14)	-	758
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(26.964)	(10.582)	99,99	(10.581)	(26.964)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(7.000)	(752)	98,29	(752)	(7.000)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.046	(347)	99,99	(347)	-	2.046
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	65.028	(5.565)	100,00	(5.565)	-	65.028
T4F USA Inc.	4.348	77	100,00	77	-	4.348
Ticket Co. SpA.	9.799	(2.264)	100,00	(2.264)	-	9.799
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(4.714)	(1.046)	60,00	(628)	(2.827)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.529)	(206)	100,00	(206)	(1.529)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	(2.723)	85,00	(2.316)	-	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	3.641	(210)	60,00	(126)	-	3.685
Total				(23.378)	(40.199)	85.664

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

## a.2) 31 de dezembro de 2019

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.223)	(1.582)	99,99	(1.582)	(1.223)	-
PLF Eventos S.A.	1.854	(1.481)	60,00	(889)	(829)	1.941
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(16.382)	(8.572)	99,99	(8.572)	(16.382)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(4.986)	(2.226)	98,29	(2.226)	(4.986)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.393	(809)	99,99	(809)	-	14.393
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	52.953	(21.022)	100,00	(21.022)	-	52.953
T4F USA Inc.	3.310	102	100,00	102	-	3.310
Ticket Co. SpA.	8.855	533	100,00	533	-	8.855
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(3.030)	(403)	60,00	(242)	(1.854)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	(950)	(5.527)	100,00	(5.527)	(950)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	6.339	(2.680)	85,00	(2.278)	-	5.390
Adiantamentos para futuro aumento de capital				-	-	63
Total				(42.512)	(26.224)	86.905

## a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de dezembro de 2020 e de 2019.

	Controladora 2020	Controladora 2019
Saldo inicial do investimento líquido	60.681	81.010
Equivalência patrimonial	(23.378)	(42.512)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	19.829	8.412
Ajustes de conversão	-	14.604
Dividendos de controladas	(12.000)	-
Aquisição de investimentos	-	58
Reclassificação para outros intangíveis	(1.941)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(63)	-
Perdas com investimentos	-	(2.955)
Aquisição de investimentos	3.810	2.064
Baixa pela alienação de investimento	(3.073)	-
Aumento de capital em controlada	1.600	-
Saldo final do investimento líquido	45.465	60.681
Provisão para perdas em investimentos em controladas	40.199	26.224
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	85.664	86.905

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	-	9.244	-	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável (ii)	(17.268)	-	(17.268)	-
T4F Entretenimento S.A.	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iii)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (iii)	(26.017)	(20.002)	(26.017)	(20.002)
PLF Eventos S.A.	999	999	999	999
Empresas adquiridas na Argentina (iv)	-	-	17.587	14.052
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	-	4.744	-
Total	81.932	109.715	99.519	123.767

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são as que seguem:

	2020			2019		
	Brasil	Argentina	Chile	Brasil	Argentina	Chile
Cálculo do CAPM & WACC						
Risk Free	0,3%	0,3%	0,3%	1,8%	1,8%	1,8%
Market Risk Premium	4,7%	4,7%	4,7%	3,3%	3,9%	3,1%
Beta	124,0%	124,0%	124,0%	112,0%	112,0%	112,0%
Country Risk (bps)	2,9%	11,6%	0,7%	2,5%	7,5%	0,6%
Income Tax Rate	34,0%	25,0%	26,0%	34,0%	35,0%	26,0%
Before Tax Cost of Debt	6,1%	0,0%	0,0%	6,1%	N/A	N/A
Kd	3,7%	0,0%	0,0%	4,0%	N/A	N/A
Ke	12,3%	17,8%	6,8%	8,0%	13,6%	5,8%
WACC	10,6%	17,8%	6,8%	6,9%	13,6%	5,8%

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura. O valor foi revertido em setembro 2020 devido a venda da Vicar.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$ 40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 17.268, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, o principal fator que resultou no reconhecimento do "impairment" foi a descontinuidade da casa de espetáculos, e a falta de perspectiva de retomada das operações devido a COVID 19.

(iii) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Os principais fatores que resultaram no reconhecimento do impairment são: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment" foi identificado uma nova provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 6.015, devido ao impacto sofrido em nossas operações com a pandemia da COVID-19.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

(iv) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

## 14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

## a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	66	72
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.441	77.420	94.968	109.730
Móveis e utensílios	3.455	4.198	5.561	8.150
Máquinas e equipamentos	10.801	13.580	13.574	19.810
Equipamentos de processamento de dados	5.527	5.867	10.691	10.108
Estruturas	9.604	9.644	9.623	9.782
Veículos	746	746	746	5.938
Imobilizado em andamento	-	117	-	120
Total	106.574	111.572	135.229	163.710

		Taxa média anual de depreciação e amortização - %			
		Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(75.112)	(75.343)	(89.986)	(103.113)
Móveis e utensílios	6	(2.891)	(3.360)	(4.882)	(6.905)
Máquinas e equipamentos	13	(8.602)	(10.473)	(11.006)	(15.623)
Equipamentos de processamento de dados	20	(5.011)	(5.158)	(9.771)	(9.027)
Estruturas	15	(9.299)	(9.156)	(9.318)	(9.238)
Veículos	20	(636)	(547)	(636)	(5.734)
Total		(101.551)	(104.037)	(125.599)	(149.640)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	66	72
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	1.329	2.077	4.982	6.617
Móveis e utensílios	564	838	679	1.245
Máquinas e equipamentos	2.199	3.107	2.568	4.187
Equipamentos de processamento de dados	516	709	920	1.081
Estruturas	305	488	305	544
Veículos	110	199	110	204
Imobilizado em andamento	-	117	-	120
Total	5.023	7.535	9.630	14.070

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$ 31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Custo	-	13.936	11.543	18.839	16.616
Amortização	20	(11.577)	(10.865)	(15.124)	(13.235)
Total		2.359	678	3.715	3.381

## c) Composição dos bens de direito de uso

Representa substancialmente os contratos de locação das casas de espetáculos, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Custo		35.135	28.831	35.347	45.486
Amortização	40	(18.066)	(8.493)	(18.172)	(11.733)
Total		17.069	20.338	17.175	33.753

## d) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	2020		2019	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.313	(25.313)	-	-
Móveis e utensílios	325	(297)	28	80
Máquinas e equipamentos	1.873	(1.344)	529	740
Equipamentos de processamento de dados	151	(111)	40	53
Equipamentos Aurolights - incorporação	159	(157)	2	11
	27.821	(27.222)	599	884
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(203)	(300)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			396	584

Consolidado:

	2020		2019	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.313	(25.313)	-	-
Móveis e utensílios	325	(297)	28	104
Máquinas e equipamentos	1.873	(1.344)	529	1.127
Equipamentos de processamento de dados	151	(111)	40	55
Equipamentos Aurolights - incorporação	159	(157)	2	11
	27.821	(27.222)	599	1.297
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(203)	(441)
Eliminações do consolidado			-	(272)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			396	584

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## e) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	7.535	7.775	14.070	15.927
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	138	1.081	308	1.149
Móveis e utensílios	85	110	148	138
Máquinas e equipamentos	41	211	310	253
Equipamentos de processamento de dados	7	536	321	1.657
Estruturas	8	450	8	450
Total de adições	279	2.388	1.095	3.647
Baixas líquidas	(520)	(500)	(2.444)	(536)
Depreciação	(2.271)	(2.128)	(3.961)	(3.390)
Efeitos de variação cambial	-	-	870	(1.578)
	(2.791)	(2.628)	(5.535)	(5.504)
Saldo final	5.023	7.535	9.630	14.070

A Companhia ofereceu como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$ 57, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem.

Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 31 de dezembro de 2020, há aproximadamente R\$ 7.097, ainda em uso, totalmente depreciados.

## f) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial	678	1.933	3.380	3.113
Adições:				
Software	453	-	529	132
Marcas e patentes	-	-	827	1.640
Outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais	-	-	-	301
Total de adições	1.131	1.933	4.736	5.186
Amortização <sup>1</sup>	(713)	(1.010)	(1.125)	(1.332)
Baixas líquidas e efeitos de variação cambial	-	(245)	104	(473)
Reclassificação <sup>2</sup>	1.941	-	-	-
	1.228	(1.255)	(1.021)	(1.805)
Saldo final	2.359	678	3.715	3.381

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 24.b).

(2) Reclassificação entre as rubricas de investimentos em controladas e outros intangíveis.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## g) Mutação do bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Adoção inicial - IFRS16/CPC 06 (R2) em 1� de janeiro de 2019	-	21.458	-	37.254
Saldo inicial	20.338	-	33.753	-
Adições	7.241	7.278	7.383	7.278
Remensuração (i)	1.247	95	1.942	955
Amortização	(11.757)	(8.493)	(14.733)	(11.734)
Baixas líquidas (ii)	-	-	(11.170)	-
Saldo final	17.069	20.338	17.175	33.753

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de aluguel das casas de espetáculos.

(ii) Refere-se a descontinuidade da locação fixa das casas de espetáculos nos municípios de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

## 15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores nacionais	7.217	12.682	21.723	32.353
Fornecedores estrangeiros	-	9.472	336	9.977
Total	7.217	22.154	22.059	42.330

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Debêntures (a)	CDI + 3,36%	2022	120.967	121.135	120.967	121.135
Total			120.967	121.135	120.967	121.135
Parcela do passivo circulante			967	41.135	967	41.135
Parcela do passivo não circulante			120.000	80.000	120.000	80.000

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, R\$ 40 em 2022, R\$ 40 em 2023 e R\$ 40 em 2024.

## a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$ 120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM n  476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Em 17 de dezembro de 2020 foi realizada assembleia geral de debenturistas de sua 3  (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), na qual foi aprovada, por unanimidade, a alteração dos seguintes termos e condições das Debêntures:

Condição alterada	Original	Nova
Amortização periódica do valor e nominal unitário	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2020.	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2022.
Remuneração	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,6225% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 3,36% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio ("naming rights").

## 17. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Modalidade	Taxa média anual de juros	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Passivo de arrendamento	CDI + 1,8800%	2024	23.364	21.032	23.492	34.927
Total			23.364	21.032	23.492	34.927
Parcela do passivo circulante			16.431	8.409	16.516	11.492
Parcela do passivo não circulante			6.933	12.623	6.976	23.435

Dos contratos que foram impactados pela norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia considerou os contratos de aluguel de longo prazo das casas de espetáculos. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis, nos quais consideramos as renovatórias com prazos de cinco anos e de acordo com a intenção da Companhia quanto a certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto que foi baseada na taxa de captação da Companhia (CDI + 1.6225%).

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	21.032	34.927
Juros do período	1.865	2.735
Adição por novos contratos	7.241	7.401
Contraprestação paga	(7.959)	(9.237)
Ajuste por remensuração (i)	1.185	1.880
Cancelamento de contrato (ii)	-	(14.214)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	23.364	23.492

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de aluguel das casas de espetáculos.

(ii) Refere-se a descontinuidade da locação fixa das casas de espetáculos nos municípios de Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 31 de dezembro de 2020:

	Controladora	Consolidado
Vencimento das prestações		
2021	17.393	17.483
2022	3.706	3.751
2023	2.832	2.832
2024	925	925
Valores não descontados	24.856	24.991
Juros embutidos	(1.492)	(1.499)
Saldo do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2020	23.364	23.492

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Fluxos de Caixa		
Contraprestação do arrendamento	24.856	23.364
PIS/COFINS potencial (9,25%)	2.299	2.161

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
COFINS a recolher	12	2	18	244
PIS a recolher	3	-	4	53
Imposto Sobre Serviços - ISS	550	1.393	562	2.097
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	955	1.042
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	239	315	239	315
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	1	53
IVA - imposto de valor agregado	-	-	78	143
ICMS a recolher - faturamento	-	11	-	11
INSS de terceiros a recolher	18	154	18	283
Outros	21	117	107	154
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	149	72
Passivo circulante	843	1.992	2.131	4.467
Parcelamento de ISS (b)	404	626	404	626
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a)	155	155	155	155
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	648	130
Passivo não circulante	559	781	1.207	911

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$ 5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo remanescente é de R\$ 155 (R\$ 155 em 31 de dezembro de 2019). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, e homologado pela Receita Federal do Brasil no segundo semestre de 2019.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129 de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de dezembro de 2020 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$ 643 (R\$ 942 em 31 de dezembro de 2019).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 31 de dezembro de 2020 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 53 meses).

## 19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contratos de “naming rights” (a)	4.074	6.391	4.074	6.391
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	18.505	9.859	23.474	19.663
Eventos privados (b.2)	4.607	638	5.362	639
Vendas antecipadas de ingressos (c)	101.387	80.858	101.388	80.858
Total	128.573	97.746	134.298	107.551

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. Em 31 de dezembro de 2020 os valores a serem apropriados na controladora e no consolidado são de R\$ 3.841 em 2021 e R\$ 233 em 2022.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados.

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

### 20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Trabalhistas	3.974	4.470	8.787	5.750
Cíveis	4.592	2.537	6.979	4.671
Tributários	-	195	12.020	8.899
Total	8.566	7.202	27.786	19.320
Não circulante	8.566	7.202	27.786	19.320

Em 2013 os Serviços de Impostos Internos do Chile (SII) atuaram a T4F Chile para a cobrança de impostos, na ordem de R\$ 40.000, por eventos ocorridos nos anos de 2010 a 2012, referentes: (i) à base de impostos recolhidos sobre os cachês de artistas; (ii) a remessas enviadas ao exterior em razão de diversos eventos realizados nos anos de 2010 a 2012; (iii) à data de envio da declaração e pagamento dos impostos retidos sobre as remessas realizadas em decorrência dos eventos realizados; e (iv) ao imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos.

Ainda em 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, visando anular as supostas infrações atuadas. Em 2019, foi prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação movida pela Companhia, estando pendente de julgamento o recurso interposto pelos Serviços de Impostos Internos do Chile (SII). Após o julgamento parcialmente favorável à Companhia, os valores envolvidos ainda em litígio foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 12.005, e com probabilidade de perda remota no importe de R\$ 8.285, para 31 de dezembro de 2020.

#### 20.1) Provisões tributárias

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 203.297 (R\$146.282 em 31 de dezembro de 2019).

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de dezembro de 2020, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$ 64.596 (R\$ 66.225 em 31 de dezembro de 2019).

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2020, o valor estimado do processo é R\$ 13.184 (R\$13.011 em 31 de dezembro de 2019).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2020, o valor envolvido era de R\$5.697 (R\$5.616 em 31 de dezembro de 2019).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado dos dois processos é de R\$ 12.906 (R\$12.715 em 31 de dezembro de 2019).

e) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela Companhia e pela SRF. A opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 31 de dezembro de 2020, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 2.867 (R\$2.822 em 31 de dezembro de 2019).

f) Em fevereiro de 2019, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de supostas diferenças apuradas no momento do processo de nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo teatral. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 31 de dezembro de 2020, o valor da causa é de R\$ 6.361 (R\$ 5.300 em 31 de dezembro de 2019).

g) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47.819 em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33.613 em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), perfazendo um total de R\$ 81.432, em 31 de dezembro de 2020. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração no prazo estabelecido, bem como afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito e remota para a parcela da multa isolada relativa aos erros de cálculo nas antecipações: (i) não utilização de prejuízos fiscais no cálculo das antecipações de IRPJ e CSLL; e (ii) desconsideração das parcelas devidas nos meses anteriores no cálculo das antecipações de CSLL.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

### 20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 9.742 (R\$10.750 em 31 de dezembro de 2019).

### 20.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 57.575 (R\$ 32.900 em 31 de dezembro de 2019).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de dezembro de 2020 é de aproximadamente R\$3.438 (R\$2.713 em 31 de dezembro de 2019) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas pela Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública ("ACP") proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.535 (R\$1.383 em 31 de dezembro de 2019), em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou recurso e aguarda-se o julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de "Quidam", nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.329 (R\$1.212 em 31 de dezembro de 2019), em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda "Iron Maiden", ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de dezembro de 2020, o valor em discussão é de R\$ 2.063 (R\$1.865 em 31 de dezembro de 2019). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

e) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública ("ACP") proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. O valor somente será possível de ser apurado com (i) a decisão definitiva da ação e, sendo a decisão desfavorável para a Companhia, (ii) com eventual manifestação dos consumidores.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de dezembro de 2020, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 5.957 e R\$ 8.132 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 7.951 e R\$ 10.179 em 31 de dezembro de 2019).

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

## Controladora

	2019	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	2020
Trabalhistas	4.470	(651)	94	61	3.974
Cíveis	2.537	(103)	-	2.158	4.592
Tributário	195	(198)	-	3	-
Total	7.202	(952)	94	2.222	8.566

## Consolidado

	2019	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	2020
Trabalhistas	5.750	2.066	94	881	(4)	8.787
Cíveis	4.671	(498)	-	2.832	(26)	6.979
Tributário	8.899	(198)	-	6	3.313	12.020
Total	19.320	1.370	94	3.719	3.283	27.786

## 21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheterias e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

## 22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## a) Capital Social

Em 10 de agosto de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 88.036 ações ordinárias mantidas em tesouraria, sem valor nominal, de emissão da Companhia, sem redução do capital social, na forma do artigo 14 da Instrução CVM nº 10/80. Em razão do cancelamento ora deliberado o capital social da Companhia é de R\$ 243.022 passa a ser dividido em 67.412.629 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020 (67.500.665 em 31 de dezembro de 2019), todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social. Em 31 de dezembro de 2020 não houve distribuição de dividendos.

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 32).

g) Ajustes de exercícios anteriores por efeito da hiperinflação:

A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados nos lucros acumulados.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 23. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta:				
Serviços	27.893	344.784	44.695	443.859
Produtos	235	1.555	235	2.477
Deduções e impostos incidentes	(3.575)	(42.416)	(4.943)	(52.642)
Receita líquida	24.553	303.923	39.987	393.694

## 24. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

## a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 25)	(18.539)	(23.411)	(24.332)	(30.785)
Serviços de terceiros	(17.633)	(23.547)	(20.849)	(28.569)
Utilidades e facilidades	(452)	(1.234)	(1.913)	(3.541)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(406)	(48)	(351)	(3.603)
Outras despesas	(652)	(2.012)	(2.273)	(6.473)
Total	(37.682)	(50.252)	(49.718)	(72.971)
Vendas	(573)	(882)	(956)	(1.293)
Gerais e administrativas	(31.455)	(41.927)	(42.471)	(63.920)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 12.2)	(5.654)	(7.443)	(6.291)	(7.758)
Total das despesas por natureza	(37.682)	(50.252)	(49.718)	(72.971)

## b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(5.617)	(107.660)	(6.109)	(124.174)
Transportes e locações	(1.352)	(41.744)	(1.916)	(52.119)
Serviços de terceiros	(3.555)	(27.713)	(8.524)	(43.560)
Viagens e locomoção	(319)	(5.740)	(724)	(7.942)
Utilidades e facilidades	(1.792)	(13.189)	(3.810)	(17.855)
Mídia e publicidade	(2.281)	(13.389)	(2.600)	(16.795)
Depreciação e amortização	(14.621)	(11.631)	(17.509)	(17.267)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 25)	(3.489)	(5.501)	(4.826)	(7.629)
Custos de produção	(5.362)	(26.139)	(9.067)	(49.779)
Total	(38.388)	(252.706)	(55.085)	(337.120)

## 25. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e bonificações	(11.631)	(13.632)	(16.768)	(20.463)
Despesa de férias	(1.233)	(982)	(1.372)	(1.137)
Despesa de 13º salário	(722)	(881)	(1.007)	(1.208)
Encargos sociais	(4.702)	(5.870)	(5.698)	(7.401)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(312)	(1.819)	(380)	(1.934)
Pagamentos baseados em ações	-	(2.146)	-	(2.146)
Outros benefícios a empregados (i)	(3.428)	(3.582)	(3.933)	(4.125)
Total de despesas com benefícios a empregados	(22.028)	(28.912)	(29.158)	(38.414)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(3.489)	(5.501)	(4.826)	(7.629)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(18.539)	(23.411)	(24.332)	(30.785)
Total	(22.028)	(28.912)	(29.158)	(38.414)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(80)	(1.969)	(350)	(2.831)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(185)	(773)	(667)	(1.948)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(529)	-	(529)
Juros com debêntures	(5.741)	(9.095)	(5.741)	(9.095)
Outras	(7.556)	(2.661)	(8.230)	(3.298)
Total	(13.562)	(15.027)	(14.988)	(17.701)
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras:				
Juros ativos	353	1.025	635	2.971
Rendimentos de aplicações financeiras	5.064	8.477	5.469	8.225
Outras	571	728	879	225
Total	5.988	10.230	6.983	11.421
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(26.783)	(14.488)	(13.122)	(9.818)
Ativas	26.270	13.026	6.813	11.579
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas (i)	(2.316)	(21.445)	(3.754)	(21.551)
Ativas	133	1.179	188	1.265
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	-	-	(2.013)	(14.003)
Ativas	-	-	4.670	815
Total	(2.696)	(21.728)	(7.218)	(31.713)

(i) Em 2019 a Companhia e foram ajuizadas na Ação de cobrança referente ao valor correspondente a 5% das ações de emissão da T4F Inversiones S.A onde a Companhia foi considerada responsável solidária.

## 27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (i)	(2.350)	(10.743)	(7.017)	(21.479)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(306)	(512)	(1.624)	(547)
Ganho na alienação de investimentos (ii)	15.290	-	15.290	-
Outras	948	493	1.805	921
Perda por redução ao valor recuperável do intangível (nota explicativa nº 1)	(23.283)	(1.771)	(23.283)	(1.771)
Total	(9.701)	(12.533)	(14.829)	(22.876)

(i) Em 2019 a Companhia e foram ajuizadas na Ação de cobrança referente ao valor correspondente a 5% das ações de emissão da T4F Inversiones S.A onde a Companhia foi considerada responsável solidária.

(ii) Resultado da alienação de participação na Vicar Promoções Desportivas S.A.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesa de IRPJ corrente	-	42	(1.207)	(607)
Despesa de CSLL corrente	-	15	(15)	(92)
IRPJ e CSLL diferidos	(13.682)	12.436	(13.330)	14.529
Total	(13.682)	12.493	(14.552)	13.830

## b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo do período antes do IRPJ e da CSLL	(94.866)	(83.282)	(94.868)	(85.609)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	32.254	28.316	32.255	29.107
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(862)	(1.473)	(1.007)	(2.226)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(16.158)	-	(20.799)	(4.161)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	(165)	(602)
Controlada tributada no exterior	-	-	(3.877)	(8.542)
Resultado de equivalência patrimonial	(7.949)	(14.454)	-	-
Perdas em investimentos e outros resultados	910	-	918	(915)
Plano de remuneração baseado em ações	2	(730)	2	(730)
Outros itens	(21.879)	834	(21.879)	1.899
Crédito (débito) de IRPJ e CSLL	(13.682)	12.493	(14.552)	13.830
% alíquota efetiva	-14%	15%	-15%	16%

## c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	2018	Variação do período	2019	Variação do período	2020
<u>Controladora</u>					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	182	16	198	-	198
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.395	54	2.449	-	2.449
Prejuízos fiscais	32.484	6.419	38.903	(13.821)	25.082
Base negativa de CSLL	12.635	2.714	15.349	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(599)	593	(6)	139	133
Outras provisões	2.034	(424)	1.610	-	1.610
Total do ativo líquido	49.131	9.372	58.503	(13.682)	44.821

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Consolidado	2018	Variação do período	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	2019	Variação do período	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	2020
Impostos diferidos ativos sobre:							
Não circulante:							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	524	2.756	52	3.332	(2.042)	-	1.290
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.366	1.178	(2)	2.542	65	(19)	2.588
Prejuízos fiscais	32.992	5.911	-	38.903	(13.822)	-	25.081
Base negativa de CSLL	12.635	2.714	-	15.349	-	-	15.349
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(599)	593	-	(6)	140	-	134
Outras provisões	6.933	(5.104)	580	2.409	2.089	2	4.500
Total do ativo	53.851	8.048	630	62.529	(13.570)	(17)	48.942
Impostos diferidos passivos sobre:							
Não circulante:							
Outras provisões	(3.727)	3.389	-	(338)	93	68	(177)
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(165)	25	-	(140)	132	-	(8)
Total do passivo	(3.892)	3.414	-	(478)	225	68	(185)
Total líquido	49.959	11.462	630	62.051	(13.345)	51	48.757

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	2020	2019
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	43.860	41.052
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	14.912	13.958

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos anos.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

A Companhia também optou por uma adoção conservadora no registro de ativos para imposto diferido, constituído em sua maioria sobre base de prejuízo fiscal, a qual mesmo tendo crescido no período de 2020, optou por realizar uma redução no registro de imposto diferido no valor de R\$ 13.822. Tal redução se materializa para mantermos registrado apenas valores recuperáveis em até 10 anos e, com a falta de perspectiva a curto prazo para a retomada de atividades e sem projeções de resultados em 2021 devido ao agravamento da COVID-19, optamos pela redução da rubrica mesmo sabendo que tais valores não sofrem prescrição de utilização pela Companhia.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2022	3.376	3.376
2023	4.216	4.216
2024	4.434	4.434
2025	4.749	4.749
2026	5.249	5.249
2027	5.768	5.768
a partir de 2028	17.029	21.150
Total	44.821	48.942

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

## 29.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº 6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 22).

## 29.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(120.967)	(121.135)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	2.443	12.919
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	171.247	146.822
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	12.1	42.589	35.745
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	12.1	(38.462)	(28.279)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	7	25.265	66.533
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(7.217)	(22.154)
Total de exposição			74.898	90.451
Efeito no resultado			(1.653)	4.259

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			2020	2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(120.967)	(121.135)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	4.627	18.457
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	197.287	191.193
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	12.1	7.469	8.509
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	7	34.382	76.909
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(22.059)	(42.330)
Total de exposição			100.739	131.603
Efeito no resultado			4.876	7.890

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) "over" expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de CDI + 3,36% ao ano para a emissão de 2018, repactuada em 2020. (nota explicativa nº 16).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 26).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

## 29.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

## a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

## b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia avalia a necessidade de contratação de hedge quando existe risco de exposição à moeda estrangeira com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas do Real, de forma a atender necessidades pontuais de pagamentos de conteúdos estrangeiros.

Para administrar o risco cambial decorrente principalmente da contratação de conteúdos internacionais, realizamos acompanhamento semanal por meio da elaboração de relatório da nossa exposição cambial e efetuamos a contratação de hedge quando necessário. Por possuímos ativos e passivos em moedas diferentes de nossa moeda funcional, a exposição contábil e patrimonial a estas oscilações permanecem nas informações trimestrais financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			2020	2019	2020	2019
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	2.443	12.919	4.627	12.919
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	6.691	4.710	-	-
Mútuo com controladas argentinas	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.481	2.337	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(37.146)	(28.279)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	-	(9.472)	(336)	(9.977)
Total de exposição			(23.531)	(17.785)	4.291	2.942

- Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

• Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$ 5.500 convertidos para moeda nacional em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 28.582, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

• Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras com contratos assinados.

### c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

#### Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 31 de dezembro de 2020 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	2020	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(120.967)	(125.842)	(126.758)	(127.675)
Aplicações financeiras	Redução	171.247	192.777	198.160	203.542
Exposição líquida		50.280	66.935	71.402	75.867

  

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	2020	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(120.967)	(125.842)	(126.758)	(127.675)
Aplicações financeiras	Redução	197.287	219.430	224.966	230.502
Exposição líquida		76.320	93.588	98.208	102.827

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$ 16.655 na controladora e de R\$ 17.268 no consolidado nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados de 2% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 21.122 na controladora e de R\$ 21.888 no consolidado.

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 25.587 na controladora e de R\$ 26.507 no consolidado.

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 31 de dezembro de 2020 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		Cenário			
	Risco	2020	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	2.443	2.539	3.173	3.808
Exposição líquida		2.443	2.539	3.173	3.808

  

		Consolidado			
		Cenário			
	Risco	2020	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	4.627	4.808	6.010	7.212
Fornecedores	Aumento	(336)	(349)	(436)	(524)
Exposição líquida		4.291	4.459	5.574	6.688

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado positivo de R\$ 96 e de R\$ 168 na controladora e consolidado, respectivamente nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 730 e R\$ 1.283 na controladora e consolidado, respectivamente.

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$ 1.365 e R\$ 2.397 na controladora e consolidado, respectivamente.

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 26).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.



## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

## 30. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		2020	2019
Responsabilidade civil geral, estabelecimentos e D&O	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas/pilotos, cruzada e cobertura adicional de montagem e desmontagem, empregados, erros de projeto e circulação de veículos.	40.000	115.000
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers".	123.064	238.348
		163.064	353.348

## 31. COOBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

## a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

## b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 144.418.

## c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido no processo judicial contra a Inspiração é de R\$ 40.363 para 31 de dezembro de 2020 (R\$ 36.634 em 31 de dezembro de 2019).

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

### 32. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, posteriormente alterado nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de abril de 2012, 20 de abril de 2016 ("Plano"). Na Reunião do Conselho de Administração de 16 de abril de 2019, foi aprovada a ampliação da forma de liquidação das opções outorgadas no âmbito do Plano, de modo que o exercício das opções pelos participantes do Plano pudesse também ser liquidado em caixa, a critério da Companhia mediante anuência dos participantes, com pagamento realizado em 2 (duas) parcelas iguais, sendo a primeira no dia 30 de abril de 2019 e a segunda no dia 30 de abril de 2020, para os participantes do plano que permaneceram vinculados como administrador, empregado ou prestador de serviço da Companhia até a data do respectivo pagamento.

A Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 10 de agosto de 2020, os programas de outorga de ações restritas a serem celebrados entre a Companhia e seus Diretores, em conformidade com o Plano de Outorga de Ações aprovado na assembleia geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 22 de julho de 2020 ("Plano de Outorga de Ações"), outorgando aos Diretores direito ao recebimento de Ações Restritas, conforme definido no Plano de Outorga de Ações. Os programas ora aprovados têm o objetivo de alinhamento entre os interesses dos membros da Administração e os interesses da Companhia e o estímulo da sua permanência. O número de Ações Restritas atribuídas aos Diretores respeitará o limite máximo de 10% (dez por cento) das ações representativas do capital social da Companhia na data de aprovação do Plano de Outorga de Ações.

Para o plano de Ações Restritas foram consideradas as premissas abaixo:

Datas de outorga	Condições de aquisição de direito	Ações existentes	Valor justo (R\$)	Vida remanescente (anos)
05 de agosto de 2019	De 1 a 5 anos de serviço a partir da data de outorga	143.439	3,51 a 6,59	0,6 a 5

Movimentação das ações restritas do exercício:

	Ações restritas
Saldo em dezembro de 2019	422.061
Outorgadas	-
Expiradas/canceladas	(152.059)
Exercidas	(126.564)
Saldo em dezembro de 2020	143.439

A carência a cumprir do total remanescente de ações do plano é de 25.313 em 2021 e 2022 e 92.813 entre 2023 a 2024.

### 33. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

#### a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA", no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Consolidado			
2020			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio
			Total
Receita líquida	7.424	15.622	16.941
Custos	(18.159)	(36.926)	-
Lucro bruto	(10.735)	(21.304)	16.941
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(12.061)	(27.460)	-
	(22.796)	(48.764)	16.941
Despesas administrativas			(25.026)
Resultado financeiro			(15.223)
Prejuízo antes dos impostos			(94.868)

Consolidado			
2019			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculos	Patrocínio
			Total
Receita líquida	219.685	78.367	95.642
Custos	(277.709)	(59.411)	-
Lucro bruto	(58.024)	18.956	95.642
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(13.158)	(26.414)	-
	(71.182)	(7.458)	95.642
Despesas administrativas			(56.275)
Outros resultados com investimentos			(8.343)
Resultado financeiro			(37.993)
Prejuízo antes dos impostos			(85.609)

## b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	9.910	40.880
Brasil	28.850	336.532
Chile	1.227	16.282
	39.987	393.694

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

	Consolidado	
	2020	2019
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>		
Argentina	2.298	9.220
Brasil	(17.433)	45.594
Chile	37	1.760
	<u>(15.098)</u>	<u>56.574</u>
	Consolidado	
	2020	2019
<u>Prejuízo operacional antes dos impostos</u>		
Argentina	(3.356)	(17.166)
Brasil	(85.961)	(55.554)
Chile	(4.582)	(12.588)
Peru	(1.046)	(403)
USA	77	102
	<u>(94.868)</u>	<u>(85.609)</u>

## 34. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- No período findo em 31 de dezembro de 2020 não houve aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos (R\$ 411 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

## 35. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O prejuízo por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 32).

O cálculo do prejuízo por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora	
	2020	2019
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(108.548)</u>	<u>(70.789)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	<u>67.369.962</u>	<u>67.286.065</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo diluído por ação	<u>67.471.213</u>	<u>67.708.126</u>
Prejuízo básico por ação - em reais	<u>(1,6112)</u>	<u>(1,0521)</u>
Prejuízo diluído por ação - em reais	<u>(1,6088)</u>	<u>(1,0455)</u>

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2020

### 36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Diante do recrudescimento da pandemia mundial causada pelo Coronavírus e, das incertezas quanto ao cenário internacional e no Brasil da possibilidade de retomada de nossas operações, alguns shows internacionais foram cancelados no início deste ano. Adicionalmente, à luz do planejamento estratégico da Companhia, ao longo de 2020 revisitamos o nosso modelo de negócios e portfólio de ativos, buscando explorar segmentos com alto potencial de crescimento e perfil mais recorrente de resultados, bem como avaliar a continuidade de operações com performance financeira aquém de nossas expectativas. A gravidade e a extensão da pandemia acabaram por acelerar esse movimento.

Nesse contexto, em adição ao desinvestimento na Vicar e do encerramento dos contratos de aluguel das casas de espetáculos do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, encerramos em março de 2021 o contrato de locação da casa de espetáculos de São Paulo e estamos em tratativas para rescisão do contrato de "naming rights" com a Unimed. O contrato de locação da casa representava nosso principal custo fixo e, tendo em vista o reajuste pela aplicação integral do IGPM do período no início deste ano, o valor atualizado de aluguel passou a pressionar ainda mais a rentabilidade desta linha de negócio. Entretanto, faz-se necessário enfatizar que manteremos nossas operações em todas estas geografias, agora num modelo "asset light". Com isso, focaremos esforços no fortalecimento do nosso portfólio de conteúdos, destacadamente na linha de festivais e intensificando nossa presença na área de tickets.

Isso posto, vislumbramos os seguintes efeitos contábeis advindos desta situação a serem registrados no 1T21, a saber:

- Baixa de ativo imobilizado ainda não depreciado associado a casa de espetáculos "Unimed Hall" em São Paulo, estimado em R\$ 700mil.
- Extinção do contrato de arrendamento mercantil e baixa de todos os efeitos por ele produzidos, com ganho estimado no resultado de R\$4 milhões.
- Baixa de contas a receber e adiantamento de clientes em virtude do cancelamento de contratos relacionados a casa de espetáculos

### 37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 26 de março de 2021.

\*\*\*